



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA GUARDA MUNICIPAL

CONTADOR

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que contém **55 (cinquenta e cinco) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

| CONTEÚDO | QUESTÕES |
|--|----------|
| Língua Portuguesa | 01 a 10 |
| Noções de Direito Administrativo | 11 a 15 |
| Noções de Informática | 16 a 20 |
| Conhecimentos Específicos | 21 a 50 |
| Ética do Servidor na Administração Pública | 51 a 55 |

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **CARTÃO-RESPOSTA** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica, obrigatoriamente de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica.
4. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
5. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - consultando, no decorrer da prova, qualquer tipo de material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, bip, *walkman*, rádio receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva. **O telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova **até a saída do candidato do respectivo local**;
6. O candidato somente poderá se retirar definitivamente do recinto de realização da prova, entregando o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SÓ PODERÁ copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA** em formulário próprio entregue pela instituição organizadora do concurso, **DURANTE OS 30 min (TRINTA MINUTOS) QUE ANTECEDEREM AO TÉRMINO DA PROVA**.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO: Estado laico e liberdade religiosa

Em 12 de novembro último, o Ministério Público Federal ajuizou ação objetivando à retirada da expressão religiosa “Deus seja louvado” das cédulas do real. O argumento é a ofensa ao princípio do Estado laico, além da exclusão de minorias, ao promover uma religião em detrimento de outras. Outros instigantes debates a respeito do alcance da laicidade estatal e da liberdade religiosa têm chegado à Justiça, como o questionamento acerca do uso de símbolos religiosos (como crucifixos) em espaços públicos; de leis que autorizam excepcionalmente o sacrifício de animais em religiões de matriz africana; da realização de exames (como o Enem) em datas alternativas ao Shabat (dia sagrado para o judaísmo); da natureza do ensino religioso em escolas da rede pública, entre outros.

Ainda que a Constituição, em seu preâmbulo, faça expressa alusão a Deus (a Carta é promulgada “sob a proteção de Deus”), o mesmo texto constitucional veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança (...)” (artigo 19, I da Constituição). É daí que se extrai o princípio do Estado laico: a necessária e desejável separação entre Estado e religião no marco do estado democrático de direito.

De um lado, o princípio do Estado laico proíbe a fusão entre Estado e religião (como ocorrem nas teocracias), de modo a proteger a liberdade religiosa. Por outro, requer a atuação positiva do Estado no sentido de assegurar uma arena livre, pluralista e democrática em que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito. A laicidade estatal demanda tanto a liberdade religiosa, como a igualdade no tratamento conferido pelo Estado às mais diversas religiões.

Isto porque confundir Estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis, que, ao impor uma moral única, inviabiliza qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. A ordem jurídica em um estado democrático de direito não pode se converter na voz exclusiva da moral de qualquer religião. Os grupos religiosos têm o direito de constituir suas identidades em torno de seus princípios e valores, pois são parte de uma sociedade democrática. Mas não têm o direito a pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico.

[...] O Brasil é considerado o maior país católico do mundo em números absolutos. Em 2000, os católicos representavam 74% da população (IBGE, Censo 2000). Em 2009, o universo de católicos correspondia a 68,5% da população brasileira (FGV, Novo Mapa das Religiões, 2011).

Neste contexto, iniciativas como a do Ministério Público Federal constituem uma importante estratégia para consolidar o princípio do Estado laico, endossando o dever do Estado de garantir condições de igual liberdade religiosa. Inspirado pela razão pública e secular, o estado democrático de direito não pode ser refém de dogmas religiosos do sagrado, mas deve garantir a diversidade de doutrinas religiosas, filosóficas e morais como condição da própria cultura pública democrática.

Flávia Piovesan [professora da PUC/SP e procuradora do estado] – fragmento

Publicado em 29/11/12 – disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/estado-laico-liberdade-religiosa>

01. Evidencia-se por meio da leitura do texto que a intenção da autora é ressaltar a importância de:
 - (A) adotar oficialmente dogmas incontestáveis e impor uma moral única
 - (B) assegurar que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito
 - (C) estabelecer parâmetros para o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas
 - (D) definir a natureza do ensino religioso em escolas da rede pública
02. No texto, a autora expõe e fundamenta um ponto de vista, do qual faz parte a defesa da:
 - (A) consolidação de um estado democrático de direito
 - (B) imposição de um culto religioso único e obrigatório
 - (C) promoção de uma religião em detrimento de outras
 - (D) subvenção oficial a cultos religiosos ou igrejas
03. Na formação do adjetivo **incontestáveis**, há prefixo com o significado de negação. A palavra em que o prefixo assume outro significado é:
 - (A) imperfeição
 - (B) impermeabilizar
 - (C) inclusão
 - (D) inviabilizar

Considere a seguinte frase do terceiro parágrafo, para responder às questões de números 04 e 05.

A laicidade estatal demanda tanto a liberdade religiosa, como a igualdade no tratamento conferido pelo Estado às mais diversas religiões.

04. Percebe-se, na organização coerente e lógica dessa frase, o seguinte tipo de raciocínio:
 - (A) explicativo
 - (B) condicional
 - (C) proporcional
 - (D) comparativo

05. O emprego do acento grave, indicativo da crase, faz-se necessário em “**às** mais diversas religiões”, e também é obrigatório em:
- (A) Todos têm direito de escolher cultos nos quais se sintam **a** vontade.
- (B) Cada indivíduo deve agradecer **a** Deus por tudo o que é e tem.
- (C) Não gosto de estar associado **a** pessoas que evidenciam fanatismo.
- (D) Quem tem boca vai **a** Roma e, se é católico, vai ao Vaticano ver o papa.
06. Sabendo-se que dígrafos são grupos de letras que representam apenas um som da fala, constata-se que na palavra **questionamento** há dois dígrafos, um consonantal e outro vocálico. Verifica-se o mesmo tipo de ocorrência na seguinte palavra:
- (A) detrimento
- (B) representantes
- (C) constitucional
- (D) excepcionalmente
07. Em “embaraçar-**lhes** o funcionamento” (2º parágrafo), o pronome oblíquo em destaque não é complemento do verbo e, sim, adjunto do substantivo subsequente [embaraçar o funcionamento **de cultos religiosos ou igrejas**]. O pronome também é usado com esse sentido em:
- (A) Escolheram o culto e a igreja que puderam inspirar-**lhes** confiança.
- (B) Após o casamento de seu primogênito, nasceu-**lhe** a segunda filha.
- (C) A leitura e a reflexão **lhe** podem trazer maiores possibilidades de conhecimento.
- (D) O pastor e o padre **lhes** garantiram que tudo fora um mal-entendido.
08. “**Ainda que** a Constituição, em seu preâmbulo, faça expressa alusão a Deus...” (2º parágrafo)
- Haveria importante alteração na relação de sentido estabelecida entre essa oração e a sequência da frase no texto se a expressão em destaque fosse substituída por:
- (A) mesmo que
- (B) por mais que
- (C) uma vez que
- (D) embora
09. Em “instigantes debates” (1º parágrafo), o adjetivo precede o substantivo, invertendo a colocação mais rotineira dos termos no sintagma. A anteposição do adjetivo também ocorre em:
- (A) “símbolos religiosos” (1º parágrafo)
- (B) “igual consideração” (3º parágrafo)
- (C) “atuação positiva” (3º parágrafo)
- (D) “laicidade estatal” (1º parágrafo)

10. “... atuação positiva do Estado no sentido de assegurar uma arena livre, pluralista e democrática em que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito.” (3º parágrafo).

Nesse segmento, é empregada linguagem figurada, como também na seguinte frase:

- (A) “Um pouco de filosofia afasta-nos da religião; muita filosofia faz-nos voltar a ela.” (Antoine Rivarol)
- (B) “A religião é comparável a uma neurose da infância.” (Sigmund Freud)
- (C) “Não me interessa nenhuma religião cujos princípios não melhoram nem tomam em consideração as condições dos animais.” (Abraham Lincoln)
- (D) “As leis são um freio para os crimes públicos – a religião para os crimes secretos.” (Rui Barbosa)

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Segundo o Estatuto dos Servidores Municipais, a responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo da Fazenda Municipal. Para liquidação administrativa de prejuízo causado à Fazenda Municipal, o funcionário poderá autorizar descontos em prestações mensais não excedentes da seguinte proporção:
- (A) vigésima parte do vencimento e vantagens
- (B) décima parte do vencimento e vantagens
- (C) trigésima parte do vencimento e vantagens
- (D) metade do vencimento e vantagens
12. Segundo a classificação dos atos administrativos, pelo critério dos destinatários, os regulamentos são considerados atos:
- (A) de gestão
- (B) discricionários
- (C) complexos
- (D) gerais
13. A forma extintiva de desfazimento do ato administrativo que inobserva forma fixada em lei, sem possibilidade de convalidação, é conhecida como:
- (A) revogação
- (B) cassação
- (C) anulação
- (D) caducidade

14. Um guarda municipal, realizando uma fiscalização, acaba danificando a barraca de um comerciante autorizado ao cair sobre ela, quando empurrado por participantes de uma passeata que estavam fugindo da polícia civil. Nesse caso relatado, pode-se afirmar, quanto à responsabilidade do Município, que a mesma deve ser considerada como:
- (A) integral
 (B) excluída
 (C) dolosa
 (D) subjetiva
15. Os litígios entre o município do Rio de Janeiro e os seus servidores estatutários são resolvidos perante o seguinte órgão do Poder Judiciário:
- (A) Justiça Estadual
 (B) Justiça Federal
 (C) Justiça do Trabalho
 (D) Conselho Nacional de Justiça

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Observe a figura e a citação abaixo, relacionadas à especificação de um notebook.



“Notebook Samsung 300E4A-AD1 com Intel Core i5 4GB 500GB LED 14” Windows 7 Home Premium”

“Intel Core i5” e “4GB” fazem referência, respectivamente, aos seguintes componentes de hardware:

- (A) microprocessador e disco rígido
 (B) cache e memória RAM
 (C) cache e disco rígido
 (D) microprocessador e memória RAM
17. No Windows 7 BR, dois atalhos de teclado podem ser utilizados como alternativa à ação de pressionar o botão Iniciar por meio do *mouse*. Esses atalhos de teclado são:
- (A) Ctrl + Esc e tecla F11
 (B) Alt + Esc e tecla Windows
 (C) Ctrl + Esc e tecla Windows
 (D) Alt + Esc e tecla F11

18. No Word 2010 BR, clicar nos ícones  e  e


tem, respectivamente, os seguintes significados:

- (A) aplicar subscripto e aumentar o tamanho da fonte
 (B) aplicar sobrescrito e aumentar o tamanho da fonte
 (C) aplicar subscripto e diminuir o tamanho da fonte
 (D) aplicar sobrescrito e diminuir o tamanho da fonte
19. Observe a planilha abaixo, criada no Excel 2010 BR.


| A | B | C |
|---|--------------------------------|---------------------------|
| 1 | 2012 - GUARDA MUNICIPAL | |
| 2 | | |
| 3 | # | DESCRIÇÃO |
| 4 | 1 | PENDRIVE 8GB |
| 5 | 2 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL |
| 6 | 3 | HD SATA 1TB |
| 7 | | TOTAL |

Em C7 foi inserida uma expressão que representa a soma de todos os valores contidos em C4, C5 e C6. Ao final do trabalho, foi acionado um ícone para salvar a planilha em um arquivo no disco rígido. A expressão e o ícone foram, respectivamente:

- (A) =SOMA(C4:C6) e 

- (B) =SOMA(C4&C6) e 

- (C) =SOMA(C4:C6) e 

- (D) =SOMA(C4&C6) e 

20. Observe a figura abaixo, que ilustra um cabo padrão *Fast Ethernet* da categoria 5, empregado na implementação de redes de computadores para acesso à internet.



O conector utilizado nesse cabo é conhecido pela seguinte sigla:

- (A) USB
- (B) RJ-45
- (C) RG-6
- (D) RCA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No balanço patrimonial da Empresa Comercial S.A. elaborado em 31/12/2011, o somatório dos saldos de todas as contas era de R\$ 740.000,00. Na mesma demonstração, foi observado que o somatório das contas retificadoras do ativo e do patrimônio líquido era, respectivamente, igual a R\$ 68.000,00 e R\$ 34.000,00. Com esses dados, o total do ativo demonstrado no balanço indicava o montante de:

- (A) R\$ 268.000,00
- (B) R\$ 302.000,00
- (C) R\$ 336.000,00
- (D) R\$ 638.000,00

22. A Empresa ABC Ltda., revendedora de mercadorias, iniciou o mês de setembro, com um estoque de 40 unidades a um custo unitário de R\$ 60,00. No dia 25/09, adquiriu um lote de 100 unidades de mercadorias para revenda a um custo total de R\$ 7.200,00. No dia 28/09, realizou a venda de 95 unidades.

Sabe-se que:

- I - no mês de setembro só foram realizadas essas duas operações;
- II - no dia 30/09 o cliente devolveu 20 unidades das mercadorias vendidas por estarem defeituosas;
- III - a empresa adota o método PEPS na avaliação do seu estoque;
- IV - as operações realizadas estavam isentas de impostos.

Com essas informações, o custo das mercadorias vendidas no referido mês foi igual a:

- (A) R\$ 5.250,00
- (B) R\$ 5.160,00
- (C) R\$ 5.040,00
- (D) R\$ 4.920,00

23. No exercício, uma determinada indústria registrou os seguintes gastos no seu processo de produção:

| | |
|---|------------|
| Matéria-prima consumida | R\$ 30.000 |
| Impostos da fábrica | R\$ 6.000 |
| Energia elétrica da fábrica | R\$ 10.000 |
| Mão de obra indireta | R\$ 8.000 |
| Depreciação dos equipamentos da fábrica . | R\$ 2.000 |
| Componentes prontos adquiridos | R\$ 12.000 |
| Embalagens | R\$ 3.000 |
| Mão de obra direta | R\$ 14.000 |

Com esses dados, pode-se afirmar que, no período, o montante dos custos indiretos apropriados na produção foi igual a:

- (A) R\$ 41.000,00
- (B) R\$ 26.000,00
- (C) R\$ 38.000,00
- (D) R\$ 31.000,00

24. A Cia. Industrial Estrela, para fabricar 1.500 unidades de um determinado produto, apropriou, no mês de abril, no seu processo de produção, os seguintes gastos:

| | |
|-------------------------------|-------------|
| Matéria-prima consumida | R\$ 600.000 |
| Mão de obra direta | R\$ 450.000 |
| Embalagens de produtos | R\$ 30.000 |
| Supervisão da produção | R\$ 120.000 |
| Outros custos indiretos | R\$ 375.000 |

Para atender a uma nova demanda do mercado, a empresa, a partir de maio, passará a produzir 1.800 unidades, utilizando as mesmas instalações e esforços na produção. Com essas informações, o custo unitário de produção passará a ser de:

- (A) R\$ 941,67
- (B) R\$ 991,67
- (C) R\$ 995,00
- (D) R\$ 1.050,00

25. No exercício de 2011, a Cia. Industrial iniciou suas atividades produzindo 600 unidades do seu produto ALFA. Para essa produção, foram coletadas as seguintes informações:

| | |
|----------------------------------|---------------|
| Custo variável por unidade | R\$ 27,00 |
| Total de custos fixos | R\$ 24.300,00 |

Sabendo-se que só foram vendidas no exercício 400 unidades ao preço unitário de R\$162,00, com despesas variáveis unitárias de R\$ 2,70, o valor do lucro líquido apurado por meio do custeio variável foi igual a:

- (A) R\$ 27.270,00
- (B) R\$ 28.620,00
- (C) R\$ 35.775,00
- (D) R\$ 36.720,00

26. Uma determinada empresa industrial, no seu processo de produção, requisitou um lote de matérias-primas para serem transformadas em produtos para revenda. Com base na terminologia aplicada a Custos, esse gasto é classificado como:
- (A) custo variável e direto
(B) custo variável e indireto
(C) custo fixo e direto
(D) custo fixo e indireto
27. Em um processo produtivo, pode ocorrer perda de matérias-primas, como verificado, por exemplo, numa confecção de roupas, com as sobras de tecidos após o corte de peças para a composição de um produto. Nesse caso, essa perda, de acordo com os conceitos aplicados a Custo, será considerada:
- (A) despesa eventual
(B) perda eventual
(C) custo direto
(D) custo indireto
28. Uma determinada secretaria municipal efetuou o pagamento de uma despesa. Ao fazer seu registro, classificando quanto à sua natureza, utilizou a codificação numérica 3.3.90.30.10. Com base nessa estrutura, o código numérico utilizado para indicar o elemento de despesa é aquele identificado pelo seguinte número:
- (A) 90
(B) 30
(C) 10
(D) 3
29. Uma determinada indústria, para fabricar o produto DELTA, realizou no exercício os seguintes gastos, registrados na sua contabilidade:

| | | |
|------------------------------------|-----|------------|
| Custos variáveis unitários | R\$ | 48,00 |
| Despesas variáveis unitárias | R\$ | 32,00 |
| Custos fixos totais | R\$ | 160.000,00 |
| Despesas fixas totais | R\$ | 80.000,00 |

Durante todo o exercício vendeu seu produto com um preço unitário de R\$ 100,00. Com esses dados, a empresa atingiu seu ponto de equilíbrio ao vender a seguinte quantidade do produto:

- (A) 8.000
(B) 9.000
(C) 10.000
(D) 12.000

30. A despesa orçamentária, sob o enfoque patrimonial, pode ser considerada como efetiva e não efetiva. Com base nessa classificação, a opção abaixo que contém um dispêndio considerado como despesa orçamentária efetiva é:
- (A) aquisição de material de consumo para estoque
(B) aquisição de bens móveis
(C) pagamento de juros e encargos da dívida
(D) amortização de empréstimos obtidos
31. Conforme a legislação vigente, a Lei Orçamentária Anual – LOA deverá conter a Reserva de Contingência, sendo o seu valor determinado com base na receita corrente líquida, e cuja forma de utilização é estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O motivo pelo qual essa reserva deverá constar na LOA é em cumprimento ao seguinte princípio orçamentário:
- (A) especificação
(B) universalidade
(C) unidade
(D) não afetação da receita
32. Atualmente, conforme preconizado pela legislação vigente, na Lei Orçamentária Anual – LOA, a despesa pública vem classificada sob vários critérios. Uma ação governamental, caracterizada como sendo um projeto na LOA, está fazendo parte do seguinte critério de classificação da despesa:
- (A) estrutura programática
(B) natureza da despesa
(C) funcional
(D) especificação das destinações de recursos
33. Durante o exercício financeiro, a lei orçamentária poderá sofrer alterações devido ao surgimento de novas necessidades, sendo definidas então, novas autorizações de gastos através de créditos adicionais. Os tipos de créditos adicionais, que dependem da indicação de recursos financeiros para sua autorização e abertura são aqueles denominados:
- (A) orçamentários e extraorçamentários
(B) especiais e extraordinários
(C) suplementares e extraordinários
(D) suplementares e especiais

34. As operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias (ARO) destinam-se a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. De acordo com a legislação vigente, os entes governamentais poderão contratá-las a partir do dia 10 de janeiro, devendo liquidá-las com juros e encargos, obrigatoriamente, até a seguinte data do mesmo ano:

- (A) 10 de dezembro
- (B) 15 de dezembro
- (C) 22 de dezembro
- (D) 31 de dezembro

35. Uma determinada prefeitura contabilizou no exercício financeiro os seguintes ingressos de recursos:

| | |
|---------------------------------------|---------------|
| Impostos sobre serviços | R\$ 20.000,00 |
| Alienação de bens móveis | R\$ 3.000,00 |
| Aluguéis de imóveis | R\$ 6.000,00 |
| Operações de crédito internas | R\$ 15.000,00 |
| Arrendamentos. | R\$ 10.000,00 |
| Cota-parte de ICMS | R\$ 10.000,00 |
| Cota-parte do FPM | R\$ 20.000,00 |
| Dividendos de empresas controladas .. | R\$ 4.000,00 |
| Tarifa de pedágio | R\$ 2.000,00 |
| Contribuições de melhorias | R\$ 2.000,00 |
| Alienação de bens imóveis | R\$ 8.000,00 |

Com esses dados, pode-se afirmar que o montante arrecadado referente a Receitas Patrimoniais foi igual a:

- (A) R\$ 15.000,00
- (B) R\$ 17.000,00
- (C) R\$ 20.000,00
- (D) R\$ 31.000,00

36. De acordo com as Normas Brasileiras da Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, das operações realizadas abaixo por uma determinada prefeitura, aquela que corresponde a uma variação patrimonial aumentativa é:

- (A) a aquisição de veículos
- (B) o cancelamento de restos a pagar
- (C) a amortização de empréstimos obtidos
- (D) a arrecadação de impostos

37. Dos fatos e atos administrativos abaixo, ocorridos durante o exercício financeiro, praticados por uma determinada prefeitura, aquele que implicará lançamentos a serem efetuados, utilizando-se contas de informações de naturezas orçamentárias, patrimoniais e típicas de controle é:

- (A) previsão inicial de receita orçamentária
- (B) inscrição de restos a pagar processados
- (C) transferência de consignações retidas
- (D) liquidação de despesa de prestação de serviços

38. Em 31 de dezembro, a contabilidade de uma determinada prefeitura registrava as seguintes informações:

| | |
|-----------------------------------|----------------|
| Despesa Empenhada a Liquidar..... | R\$ 39.000,00 |
| Despesa Liquidada a Pagar..... | R\$ 221.000,00 |
| Despesa Liquidada Paga..... | R\$ 78.000,00 |

Sabendo-se que, no exercício, a Dotação Inicial e Atualizada era de R\$ 390.000,00, pode-se afirmar, com essas informações, que a economia orçamentária foi igual a:

- (A) R\$ 52.000,00
- (B) R\$ 91.000,00
- (C) R\$ 143.000,00
- (D) R\$ 312.000,00

39. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece percentuais máximos de despesa total com pessoal, calculado em relação à Receita Corrente Líquida - RCL. Em cada exercício financeiro, esse valor para o Poder Executivo municipal está limitado ao seguinte percentual da RCL:

- (A) 48,6%
- (B) 49%
- (C) 54%
- (D) 60%

40. Uma das vedações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal, que torna nulo de pleno direito, é o ato da administração pública que resulte aumento de despesa com pessoal expedido dentro de um determinado período de tempo, antes do término do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão. De acordo com o referido diploma legal, esse prazo corresponde a:

- (A) sessenta dias
- (B) noventa dias
- (C) cento e vinte dias
- (D) cento e oitenta dias

41. Com base na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o controle da execução dos créditos orçamentários durante o exercício financeiro é efetuado por meio dos lançamentos nas contas agrupadas na seguinte classe e grupo:

- (A) 5.2
- (B) 6.2
- (C) 6.3
- (D) 8.2

42. Em 31/12/2011, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Empresa Comercial Ltda. apresentava as seguintes informações, sem considerar a sua estrutura preconizada pela legislação:

| | |
|--|---------------|
| Transferência para Reservas | R\$ 4.000,00 |
| Parcela de Lucros Incorporada ao Capital | R\$ 20.000,00 |
| Lucros/Prejuízos Acumulados em 31/12/2010 (saldo credor) | R\$ 78.000,00 |
| Resultado Líquido do Exercício (saldo credor) | R\$ 15.000,00 |
| Reversão de Reservas de Exercícios Anteriores | R\$ 8.000,00 |
| Distribuição de Dividendos | R\$ 6.000,00 |

Com essas informações, o saldo da conta Lucro ou Prejuízos Acumulados em 31/12/2011 indicado na referida demonstração era igual a:

- (A) R\$ 71.000,00
 (B) R\$ 53.000,00
 (C) R\$ 41.000,00
 (D) R\$ 33.000,00
43. Uma empresa comercial adquiriu em 06/06/2008 um caminhão para transporte de mercadorias, pagando à vista o valor de R\$ 31.500,00. Na ocasião, foi estimada uma vida útil de seis anos com valor residual de R\$ 1.800,00. Sabendo-se que, após a realização de algumas adaptações, o caminhão entrou em operação em 02/07/2008, e que a empresa adota o método das cotas constantes para depreciação do seu imobilizado, o valor líquido contábil do referido bem em 31/12/2011 era de:
- (A) R\$ 14.587,50
 (B) R\$ 14.175,00
 (C) R\$ 13.845,00
 (D) R\$ 12.375,00
44. Uma empresa revendedora de mercadorias, no mês de setembro, realizou as seguintes operações de compras e vendas, todas isentas de impostos:

Dia 10: aquisição de 100 unidades ao preço de R\$ 7,20 cada
 Dia 16: venda de 100 unidades a R\$ 8,00 cada
 Dia 22: aquisição de 100 unidades a R\$ 6,40 cada
 Dia 28: venda de 50 unidades a R\$ 9,20 cada
 Dia 30: aquisição de 100 unidades a R\$ 5,60 cada

Sabendo-se que, no início do período, o estoque apresentava 100 unidades, a R\$ 4,00 cada, e que a empresa adota o método custo médio ponderado móvel, o valor do estoque em 30 de setembro era igual a:

- (A) R\$ 1.640,00
 (B) R\$ 1.620,00
 (C) R\$ 1.460,00
 (D) R\$ 1.450,00
45. A Cia. Industrial ABC adquiriu uma máquina para operar na sua produção por R\$ 270.000,00 sendo paga à vista a parcela de 70% e o restante para liquidação em 120 dias. Para realizar o transporte, contratou uma transportadora, efetuando o pagamento do frete e do seguro no valor de R\$ 5.900,00. Para colocar a máquina em operação foi preciso contratar, também, uma empresa especializada, que cobrou pela instalação e capacitação dos funcionários R\$ 20.000,00. Sabendo-se que, na operação de compra da máquina, havia incidência de 15% de ICMS e 8% de IPI, o valor contabilizado da máquina no imobilizado da empresa adquirente foi no montante de:
- (A) R\$ 277.000,00
 (B) R\$ 270.000,00
 (C) R\$ 256.500,00
 (D) R\$ 233.800,00

46. Quando a despesa total com pessoal de um ente do Poder Público ultrapassar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica o aludido ente obrigado a eliminar o percentual do excesso dentro do seguinte prazo estabelecido pelo referido diploma legal:
- (A) quatro meses
(B) seis meses
(C) oito meses
(D) vinte e quatro meses
47. Em 31/12/2011, o balanço patrimonial da Comercial Alvorada Ltda. apresentava os seguintes dados:

| | |
|------------------------------|---------------|
| Bancos | R\$ 4.500,00 |
| Fornecedores (CP) | R\$ 7.500,00 |
| Móveis e Utensílios | R\$ 27.000,00 |
| Capital Social | R\$ 17.000,00 |
| Seguros a Vencer (CP) | R\$ 1.000,00 |
| Reserva Legal | R\$ 3.000,00 |
| Duplicatas Descontadas | R\$ 4.500,00 |
| Financiamentos (LP) | R\$ 10.000,00 |
| Lucros Acumulados | R\$ 6.000,00 |
| ICMS a Recuperar | R\$ 1.500,00 |
| Clientes (CP) | R\$ 9.000,00 |
| Mercadorias | R\$ 8.000,00 |
| Depreciação Acumulada | R\$ 3.000,00 |

Com esses dados e considerando a estrutura do referido balanço, pode-se afirmar que:

- (A) o Ativo Circulante tinha o montante de R\$ 19.500,00
(B) o Passivo Circulante totalizava R\$ 12.000,00
(C) o Imobilizado era igual a R\$ 27.000,00
(D) o Patrimônio Líquido totalizava R\$ 48.000,00
48. O documento contábil elaborado pelos entes governamentais no final de cada exercício financeiro, que demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte é aquele denominado:
- (A) Balanço Financeiro
(B) Balanço Orçamentário
(C) Demonstração do Fluxo de Caixa
(D) Demonstração do Resultado Econômico

Análise os dados apresentados para responder às questões de números 49 e 50:

O balanço orçamentário elaborado em 31/12/2011 de uma determinada prefeitura apresentava, entre outros, os seguintes dados:

| | |
|------------------------------------|----------------|
| Previsão Inicial e Atualizada..... | R\$ 99.000,00 |
| Receita Realizada..... | R\$ 103.500,00 |
| Dotação Inicial e Atualizada..... | R\$ 99.000,00 |
| Despesa Empenhada..... | R\$ 92.700,00 |
| Despesa Liquidada..... | R\$ 82.800,00 |
| Despesa Paga | R\$ 75.600,00 |
| Informações complementares: | |

No exercício não houve refinanciamento de dívidas, aprovação e reabertura de créditos adicionais.

49. Com base nos dados apresentados, o resultado orçamentário apurado no exercício correspondeu a um:
- (A) déficit de R\$ 6.300,00
(B) déficit de R\$ 9.900,00
(C) superávit de R\$ 10.800,00
(D) superávit de R\$ 27.900,00
50. O montante dos Restos a Pagar inscritos no referido exercício foi igual a:
- (A) R\$ 23.400,00
(B) R\$ 17.100,00
(C) R\$ 7.200,00
(D) R\$ 6.300,00

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

51. Adquirir, para outrem, no exercício de mandato, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público é ato de improbidade que:
- (A) causa prejuízo ao erário
(B) importa enriquecimento ilícito
(C) atenta contra os princípios da Administração Pública
(D) ofende a ética pública
52. A representação por ato de improbidade contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente, constitui crime punido com a pena de multa e:
- (A) detenção de seis a dez meses
(B) reclusão de três a seis meses
(C) detenção de um a três meses
(D) reclusão de seis a doze meses

53. Exigir, para si, diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o seguinte tipo penal:

- (A) peculato
- (B) estelionato
- (C) concussão
- (D) prevaricação

54. O patrocínio indireto de interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é crime que pode ser punido com:

- (A) detenção de seis a dez meses
- (B) reclusão de três a seis meses
- (C) reclusão de seis a doze meses
- (D) detenção de um a três meses

55. Retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o seguinte tipo penal:

- (A) corrupção passiva
- (B) prevaricação
- (C) advocacia administrativa
- (D) excesso de exação